ESTRATÉGIA DE CONSENSO E NÃO UNANIMIDADE NA COP-26

JOAQUIM PEREIRA LEITE
Ministro do Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Da Redação

A 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês), realizada em Glasgow, na Escócia, em novembro último, teve como destaque o avanço na criação do mercado mundial de carbono, que estava parado desde o Acordo de Paris (COP-21), firmado em 2015. Com experiência de negócio no setor de café e na administração de projetos na Amazônia, o entrevistado deste mês é o ministro do MMA, Joaquim Pereira Leite. Com uma análise mais detalhada sobre a COP-26, a conversa discorreu sobre o protagonismo brasileiro para viabilizar as decisões providenciais tomadas no evento. O desdobramento dessas medidas exigirá um empenho intenso do governo brasileiro em prol do desenvolvimento agroambiental do País nos próximos anos.

AGROANALYSIS: COMO AVALIAR A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA COP-26?

JOAQUIM PEREIRA LEITE: Fomos bastante ousados no sentido de mostrar o quanto contribuímos para promover estes três primeiros movimentos importantes de subir as metas ambiciosas de reduzir a emissão de carbono para 50% em 2030, confirmar a neutralidade do carbono para 2050 e aderir à declaração dos líderes sobre florestas e usos do solo. Começamos e desenhamos uma estratégia de negociação, mediante reuniões agendadas com mais de sessenta países antes da realização da COP-26.

O Brasil mostrou ser parte da solução com atitudes de não isolamento, mas de integração. No nosso estande, recebemos autoridades dos Estados Unidos, da China, da União Europeia, da Suíça e da Argentina, entre outros países importantes. Esse tipo de visita acontece com mais normalidade quando há protagonismo entre as partes. Fizemos 24 reuniões durante COP-26. Contamos com a experiência do Itamaraty na apresentação da proposta sobre o mercado mundial de carbono. Coube ao Japão fazer a entrega do documento oficial para o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres. Saímos com um grande vetor vitorioso para comemorar o fato de termos conseguido construir as bases desse projeto na Conferência.

HAVIA OPOSIÇÃO PARA APROVAR O MERCADO DE CARBONO?

JPL: Sabíamos de antemão que não haveria uma posição homogênea entre os países. Como estava bastante difícil articular o apoio dos países em desenvolvimento e da Suíça, tivemos de mostrar os benefícios que a China e a Rússia teriam. Com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, estávamos bem mais alinhados. De modo geral, os países com floresta nativa tinham a consciência plena da oportunidade aberta para gerar crédito. O grupo da África resistiu porque não iria participar dos mercados de uma forma tão protagonista, já que queria mais financiamento climático dos países desenvolvidos.

Havia uma discussão antiga com os países das ilhas peninsulares. Em relação às mudanças climáticas, suas posições eram de receber verbas de perdas e



FÁBIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

danos, de mitigação dos gases do efeito estufa e de adaptação para ajustar os sistemas de infraestrutura e a sociedade para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. Já o relatório recente da International Finance Corporation (IFC), membro do Banco Mundial, foi bem recebido, com a estimativa de investimentos de US$ 1 trilhão na América Latina e no Caribe até 2030.

QUAIS SÃO OS DESAFIOS NESSA TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO?

JPL: O grande e importante desafio nessa transição do mercado global de carbono de fósseis para renováveis está na transferência de recursos via iniciativa privada. Devemos explicitar que esse processo só ocorrerá quando tivermos tecnologia e recursos. Não adianta reduzir e proibir a energia oriunda das usinas carvoeiras, conforme decisão da capital da União Europeia (UE), Bruxelas (Bélgica). A mudança justa será incentivar, empreender e acelerar o emprego verde. Assim, o mundo olhará esse processo de forma responsável, sem pressão inflacionária.

A proposta brasileira realça o caráter de responsabilidade para não haver queda por modismos de algum movimento verde radical ou de uma bolha verde. Brincamos, no caso do etanol, de não eliminar o carro a combustão, mas desenvolver um combustível verde para carregar a bateria; da mesma forma, ter um carro híbrido, movido por diferentes combustíveis, que provavelmente achará um posto de abastecimento, enquanto um carro 100% movido a eletricidade não achará uma tomada no posto.

COMO ESTÁ A APLICAÇÃO PRÁTICA DESSE MERCADO?

JPL: O mercado de carbono demorará alguns anos para ser estruturado, embora o segmento voluntário funcione com a aplicação de algumas metodologias, entre as quais algumas já compradas por empresas compromissadas com a redução das emissões. Ambos deverão caminhar juntos. Faremos rodadas de conversa com o setor privado para montarmos projetos econômicos viáveis sobre essa nova economia de moeda verde. Na agropecuária, existem soluções prontas. Acabamos de fechar um acordo de cooperação de transferência tecnológica para a República Dominicana. Isso parte do jogo do clima global e mostra um protagonismo do Brasil em levar ao mundo soluções de sucesso.

> **“...COM TRÊS POLÍTICAS (...), JÁ É POSSÍVEL REPORTARMOS O VOLUME DE COMPENSAÇÃO NAS EMISSÕES DE METANO.”**

Conversamos com a Secretaria de Tesouro Nacional (STN) sobre os títulos verdes. Temos de superar o volume de perda da floresta que protegemos. Usaremos os investimentos para manter a floresta nativa em 66% do território nacional. Com esse propósito, o governo federal lançou o Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (Floresta+), para atrelar um polígono de floresta, auditado por auditoria independente de terceira parte e com selo certificado. São R$ 500 milhões recebidos do Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês). Os passos envolvem a formalização da atividade econômica e a criação do Cadastro Nacional de Serviços Ambientais junto à regulamentação do pagamento por serviços ambientais, conforme previsto no Código Florestal.

AS SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EXISTEM?

JPL: Precisamos enxergar as soluções disponíveis. Todas elas são importantes e devem ser analisadas. Como há risco em optar, teremos de ter responsabilidade para resolver os problemas existentes. O processo deve acontecer de forma gradativa, sem impactar a qualidade de vida e a geração de emprego para quem estiver no território. Caso haja imposição de uma coisa muito radical, sem virar realidade, a situação ficará difícil de ser controlada.

Dá para ver, claramente, o Brasil ser representado como líder das negociações, cheio de riqueza e desenvolvimento industrial, mas, depois, mostrar fragilidades nas atividades econômicas em regiões com desmatamento ilegal. Por essa duplicidade de ser uma potência agropecuária comercial e, ao mesmo tempo, enfrentar graves problemas internos, dá para ver o respeito dos países pelo Brasil nas negociações.

A ESTRATÉGIA DE ACORDO COM CONSENSO CONVENCEU NA COP-26?

JPL: Nessa COP-26, chamamos a atenção para a estratégia de um acordo multilateral, sem apontar vulnerabilidade entre os países. Tentamos achar um consenso, que ficou na dependência da caneta do presidente do evento. A China e a Índia manifestaram suas insatisfações. Então, a partir de um determinado ponto, o resto cabe a outras forças maiores. Como consenso não é unanimidade, tivemos uma reunião com os países africanos do Grupo dos 77 das Nações Unidas. Falamos sobre os benefícios do mercado global colocados pelo Japão. Houve um grande desentendimento, mas todos saíram satisfeitos.

> **"TEMOS DE SUPERAR O VOLUME DE PERDA DA FLORESTA QUE PROTEGEMOS."**

Nos temas globais, o ponto mais importante do consenso está no ritmo e no andamento da direção, com mistura de comércio e imagem do País. Fizemos o movimento para deixar flexível a estratégia do Brasil, de parar o desmatamento, sem proibição do legal, e inserir o metano entre os gases do efeito estufa. Mensuramos esse mercado e colocamos o volume na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês). Assim, participamos desse acordo sem inserir uma meta de redução.

O METANO GANHOU UMA META DE REDUÇÃO?

JPL: O acordo da COP-26 prevê a redução de 30%, em relação aos níveis de 2020, das emissões de metano até o final desta década. A decomposição de lixo é uma das principais produtoras desse gás, responsável pela contaminação dos solos e dos lençóis freáticos. Entre duzentos países no mundo, trinta tomam a iniciativa de fazer esse controle e 170 não possuem estrutura nenhuma. No Brasil, planejamos fechar 20% de todos os lixões até 2025. Enquanto isso, cada vez mais eficiente, a pecuária nacional reduzirá a sua emissão.

O Brasil faz parte do compromisso global para reduzir a emissão de 30% do metano até 2030. Somos um grande produtor mundial na pecuária, que emite esse gás. Apesar disso, a tendência é de sermos cada vez mais eficientes nesse setor, com redução da sua emissão. Assim, poderia ser pior não fazer parte desse acordo. Para a nossa realidade, temos de entender que será um pouco de vitrine mostrarmos as iniciativas existentes. Existe o risco de saírem notícias e atitudes desabonadoras de que a pecuária brasileira seria a causadora das mudanças do clima. Então, com três políticas (a agricultura de baixo carbono – ABC –, o Lixão Zero e o biogás), já é possível reportarmos o volume de compensação nas emissões de metano.

> **NA AGROPECUÁRIA NACIONAL, EXISTEM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS TROPICAIS PRONTAS.**

COMO MONTAR METODOLOGIAS DE RECONHECIMENTO INTERNACIONAL?

JPL: Na criação de um Grupo de Trabalho (GT) para a tropicalização dos cálculos das emissões feitos por cientistas de países de atividade temperada, o setor privado terá de contribuir bastante. No governo federal, o ambiente é de plena confiança nessa parceria. Não podemos olhar a questão climática só acontecendo na COP. Esperamos que haja cooperação no desenvolvimento do mercado voluntário e no sucesso da regulamentação pelo Congresso Nacional. A grande prioridade está no desenvolvimento de uma metodologia de cálculo das emissões que tenha reconhecimento internacional entre os cientistas.

Esse momento representa uma oportunidade única para fazermos uma agricultura moderna que vá além da produtividade, com a medição da quantidade de carbono na floresta nativa e nas áreas de lavouras temporárias e perenes. A COP serve de vitrine para diferenciar a diversificada produção nacional. Depois da Rio-92, feita pelo ambientalistas, vamos fazer a Rio+30, do mercado de carbono, com participação privada. O governo federal lançou o Plano de Crescimento Verde e montou um comitê com dez Ministérios para coordenar ações e atingir a neutralidade de carbono em 2050.

EXISTEM MUITOS DESAFIOS A SEREM SUPERADOS?

JPL: Sim. Alguns deles podem ser citados de forma sucinta. É o caso da geração de 1 tonelada de carbono equivalente para compensar 1 tonelada de carbono equivalente das indústrias petrolíferas mais poluentes. Esse processo está na direção certa, mas é nascente e lento, dependendo da evolução das certificadoras de créditos. O plantio de árvores em áreas degradadas também representa um mercado novo a ser desenvolvido. Muito discutido, o financiamento climático é sempre bem-vindo, mas há dificuldade para o recurso chegar a quem cuida da floresta.

A questão que mais toca na repercussão e na difusão negativas da imagem do agronegócio nacional diz respeito ao descontrole do desmatamento, sobre o qual há a meta de fazer zerar em 2028. Para isso, o governo federal alocará R$ 470 milhões para reforçar os órgãos de controle. O MMA contratará 6 mil bombeiros estaduais, em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O contingente atuará de forma descentralizada em todos os biomas que concentram incêndios e queimadas no Brasil, como na região do Pantanal, em Mato Grosso, no Cerrado da região Centro-Oeste e em toda a região Norte. ■